

d) Declaração emitida pelo Serviço a que o candidato pertence, devidamente actualizada, da qual conste a modalidade de relação jurídica de emprego público que detém, o tempo de execução das actividades inerentes ao posto de trabalho que ocupa e o grau de complexidade das mesmas, para efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 11.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro;

e) Declaração de conteúdo funcional emitida pelo Serviço a que o candidato se encontra afecto, devidamente actualizada, da qual conste a actividade que se encontra a exercer, em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado;

f) Comprobativos da avaliação de desempenho relativa ao último período, não superior a 3 anos, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 11.º da citada portaria.

8.3 — Prazo: A candidatura dirigida ao Presidente do Júri é apresentada no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, na Divisão de Gestão de Recursos Humanos, Documentação e Divulgação — serviço de expediente, sita na Rua Padre António Vieira, n.º 1, 1099-073 Lisboa ou através do seguinte endereço electrónico: gpp@gpp.pt

8.4 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

9 — Métodos de selecção:

9.1 — Atenta a urgência do presente recrutamento e perante a necessidade de repor a capacidade de intervenção do Gabinete de Planeamento e Políticas, no âmbito de todas as suas competências e atribuições legais, o procedimento decorrerá através da utilização faseada dos métodos de selecção, conforme previsto no artigo 8.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

9.2 — Considerando a urgência do presente recrutamento e nos termos da faculdade prevista no n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, conjugada com o estatuído nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, é adoptado apenas um método de selecção obrigatório e um método de selecção facultativo:

- a) Prova de Conhecimentos (PC) e
- b) Entrevista Profissional de Selecção (EPS).

9.3 — Prova de Conhecimentos (70%) — Visa avaliar os conhecimentos académicos e, ou profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessárias ao exercício de determinada função.

9.4 — A Prova de Conhecimentos será escrita, de natureza genérica, com a duração máxima de 30 minutos fazendo apelo aos conhecimentos adquiridos no âmbito escolar sobre a língua portuguesa e ainda aos referentes às atribuições e competências do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e do Gabinete de Planeamento e Políticas.

9.5 — Legislação:

Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, Decreto Regulamentar n.º 6/2007, de 27 de Fevereiro, Portaria n.º 219-A/2007, de 28 de Fevereiro, Despacho n.º 8976/2007, de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 95, de 17 de Maio de 2007, Despacho n.º 2843/2010, de 10 de Dezembro de 2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 30, de 12 de Fevereiro de 2010.

9.6 — Entrevista profissional de selecção (30%): destinada a avaliar, de forma objectiva e sistemática, a experiência profissional e aspectos comportamentais evidenciados durante a interacção estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado.

9.7 — A classificação final será obtida numa escala de 0 a 20 valores através da fórmula seguinte:

$$CF = 0.7PC + 0.3EPS$$

sendo que:

- CF — Classificação Final
- PC — Prova de Conhecimentos
- EPS — Entrevista Profissional de Selecção

9.8 — Exclusão do procedimento: Os candidatos que não compareçam a um dos métodos de selecção, bem como os que obtenham uma valorização inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fases acima referidos, são excluídos do procedimento, não lhes sendo aplicado o método ou fase seguinte.

10 — Composição e competências do Júri:

10.1 — Composição:

Presidente: Teresa Santos, Directora de Serviços de Sistemas de Informação e Gestão.

Vogais efectivos:

1.º Vogal Efectivo: Carlos Dantas Aveiro, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, Documentação e Divulgação, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

2.º Vogal Efectivo: Isabel Caldas, coordenador técnico, da Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial.

Vogais suplentes:

1.º Vogal Suplente: Joaquim Sebastião, técnico superior da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, Documentação e Divulgação.

2.º Vogal Efectivo: Sofia Godinho, técnico superior da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, Documentação e Divulgação.

10.2 — Competências do Júri:

a) Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu curriculum, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

b) Nos termos da alínea t) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, os candidatos têm acesso às actas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, desde que as solicitem.

11 — Lista unitária de ordenação final

11.1 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados é notificada por ofício registado, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 30.º, ambos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

11.2 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação do Director do Gabinete de Planeamento e Políticas, é publicada na 2.ª série do *Diário da República* e afixada e publicitada nos locais próprios.

12 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à presente publicação no *Diário da República*, na página electrónica do Gabinete de Planeamento e Políticas em www.gpp.pt, e por extracto, no prazo máximo de três dias úteis contado da mesma data, num jornal de expansão nacional.

08-07-2010. — O Director do Gabinete de Planeamento e Políticas, Francisco Cordovil.

203465037

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P.

Despacho n.º 11471/2010

Considerando que o lugar correspondente ao cargo de direcção intermédia de 1.º grau — Director de Serviços de Segurança e Qualidade do Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P. — se encontra vago;

Considerando os trabalhos em curso nas áreas de segurança e normalização técnica em que aquela direcção de serviços desempenha um relevante papel, importa assegurar a direcção, coordenação e controlo das actividades cometidas à unidade orgânica em causa;

Considerando ainda que o licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, Jorge Manuel César Freire, reúne todos os requisitos legais exigidos para o provimento no cargo e possui a competência técnica, a aptidão e o perfil adequados ao exercício das inerentes funções:

1 — Nomeio, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, Jorge Manuel César Freire, para exercer, em regime de substituição, o cargo de Director de Serviços de Segurança e Qualidade do Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P.

2 — De acordo com o n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o nomeado pode optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem.

3 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Julho de 2010.

Lisboa, 08 de Julho de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, Alberto Conde Moreno.

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome — Jorge Manuel César Freire;

Data de nascimento — 5 de Setembro de 1955.

Habilitações académicas — Licenciatura em Engenharia Civil — Ramo de estruturas (IST-1977).

Engenheiro, inscrito na Ordem dos Engenheiros.

Habilitações profissionais mais relevantes:

Desde Dezembro de 2008 — Chefe do Departamento de Segurança Rodoviária do INIR, I. P.

Actualmente, detém a categoria de técnico superior, do mapa de pessoal do Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, INIR, I. P., que corresponde ao lugar de origem;

2003/2008 — “IEP — Instituto das Estradas de Portugal”, EP — Estradas de Portugal, E. P. E., e EP — Estradas de Portugal, S. A. — Director de Empreendimentos;

1998/2003 — JAE Construção, S. A., ICOR e IEP — Coordenador de Fiscalização de Empreendimentos;

1980/1998 — JAE — Técnico superior com funções de gestão e coordenação da execução de empreendimentos rodoviários, de fiscalização de empreitadas rodoviárias e de coordenação e gestão de sistemas de conservação de estradas.

1979/1980 — Administração Geral do Porto de Lisboa — Técnico superior com funções de fiscalização de obras portuárias.

Outras competências:

Vogal efectivo na Comissão Técnica 129 — Materiais de Pavimentação, em representação do INIR, I. P.;

Perito do Círculo Judicial de Évora;

Formação especializada em avaliação imobiliária certificada pela CMVM — ESAI, Escola Superior de Avaliação Imobiliária.

203464698

Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.

Aviso n.º 13965/2010

Procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na carreira de assistente técnico e categoria de coordenador técnico, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado — Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P./Direcção Regional de Mobilidade e Transportes do Centro/Delegação Distrital de Viação de Castelo Branco.

De harmonia com o estipulado no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e após homologação, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados e excluídos no procedimento concursal comum, aberto pelo Aviso n.º 9900/2009, publicado no DR n.º 98, 2.ª série, de 21 de Maio de 2009.

Lista unitária de ordenação final dos candidatos

	Classificação final
Aprovados:	
1.º Maria José Reis Marques	a) 14,00
2.º Lídia Maria Duarte Mateus	14,00
3.º Célia Maria da Rosa Fernandes Martins Correia	13,20
Excluídos:	
1.º Afonso José Bernardo Martins	b)
2.º Alice Marques Afonso	b)
3.º António Manuel da Trindade Pires	b)
4.º Manuel Nunes Lourenço	b)
5.º Maria Madalena de Jesus Fernandes Saldanha Pelica	b)
6.º Mónica Carrasco Clavijo	b)

a) Aplicação da alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 29 de Janeiro, conjugada com a alínea d) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro.

b) Candidato excluído por não ter atingido 9,5 valores no método de avaliação psicológica.

Lisboa, 5 de Julho de 2010. — O Vogal, *Jorge Baptista e Silva*, Presidente do IMTT, I. P., nos termos do artigo 15.º do C. P. A.

203467168

Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.

Aviso n.º 13966/2010

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos

candidatos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de dez postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, em actividades de apoio técnico a ciência e tecnologia — experimentação, aberto por aviso n.º 213/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3, de 6 de Janeiro e que foi homologada por deliberação do Conselho Directivo de 2010-07-07:

Candidatos aprovados:

Nome	Classificação final
Hernâni Manuel Batista de Brum	16,99
Ana Rita Barreto Baptista	16,93
Amélia da Conceição Neves dos Reis	16,89
Sandra Isabel Neves Noivo de Sousa	16,73
José Manuel Ligerio Liañez da Fonseca	16,47
Pedro Miguel Silva Ramos	16,39
João Luís Alves dos Santos	16,03
Joaquim Bismarco Dias dos Remédios	15,94
João Paulo Fernandes dos Santos	15,89
António José Branquinho Pais	15,86
Vítor Manuel Nogueira Sequeira Silvino	15,67
Jorge Manuel Gião dos Santos	15,01
Ari Luís de Oliveira Braga Alves dos Reis	14,56
Pedro Filipe Chaveiro Lopes Galego	14,49
José Manuel Brites Sanches Salvado	13,94
Rui Fernando Medeiros Garcia	13,04
António Victor Mascarenhas Fernandes	12,87

Candidatos excluídos:

Nome	Classificação final
Ana Alexandra Pereira Veríssimo Teigas	a).
Ana Margarida Conceição Pipa	a).
Ana Paula Guerreiro dos Ramos	a).
Anabela de Almeida Rosado	a).
Arminda da Conceição Cavaco Pica Calheiros	a).
Carla Maria de Carvalho Pereira Monteiro	a).
Carlos José Ribeiro Seno	b).
Carlos Vidal Jamú	b).
Cidália Maria Duarte Jorge	a).
Cláudia Sofia Simões dos Santos Silva	a).
Cláudia Susana Maniês Bicho	a).
Cristina Isabel Nunes Lourenço Martins	a).
Cristina Maria Almeida Fernandes	a).
Elisete Maria dos Reis Ferreira Beirão Nunes	a).
Fedra Mara Lagarteira de Arêde	a).
Filipe João Araújo Pereira	a).
Gonçalo Afonso Oliveira Corceiro	a).
Isabel Cristina Assis Andrade de Moura	c).
Isabel Maria Sabino Marcelo Cardoso Guimarães	a).
José António Garcias Estradas	a).
Lígia da Conceição Miranda Serrano	a).
Maria de Fátima Rodrigues Duarte dos Santos	a).
Maria Luísa Bernardino Gomes Silva Vieira	a).
Maria Estrela Raposo Galvão Pestana	a).
Mário Fernando Ramos do Carmo Pereira Bastos	a).
Patrícia Alexandra Dias d'Almeida	a).
Paula Cristina Ramalho do Carmo Guia	a).
Paulo Jorge Rodrigues de Carvalho de Abel Ramos	a).
Raquel Abreu Gomes Pereira	a).
Raul Manuel Atracado Pereira Teodoro	a).
Rui Rafael Góis Fernandes	a).

a) Candidatos excluídos por terem obtido uma valoração inferior a 9,5 valores no primeiro método de selecção, avaliação curricular, nos termos do disposto no n.º 13 do artigo 18.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e conforme estabelecido no ponto n.º 10 do aviso de abertura do procedimento concursal.

b) Candidatos excluídos por terem obtido uma valoração inferior a 9,5 valores no segundo método de selecção, entrevista profissional de selecção, nos termos do disposto no n.º 13 do artigo 18.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e conforme estabelecido no ponto n.º 10 do aviso de abertura do procedimento concursal.

c) Candidata excluída por não ter comparecido ao segundo método de selecção, entrevista profissional de selecção, nos termos do disposto no n.º 13 do artigo 18.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e conforme estabelecido no ponto n.º 10 do aviso de abertura do procedimento concursal.

Lisboa, em 7 de Julho de 2010. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Ana Paula Seixas Morais*.

203462137